

1 **ATA DA 447ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DE**  
3 **DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no Auditório Lino  
5 Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quadragésima sétima  
6 Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI),  
7 presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli e  
8 secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados,  
9 conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de  
10 todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia, convidando o reitor da Universidade  
11 Regional de Blumenau (Furb), senhor João Natel Pollonio Machado, a ocupar assento à mesa.  
12 Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e  
13 votação da ata da assembleia anterior; 2 – Movimento econômico; 3 – Região Metropolitana do Vale  
14 do Itajaí; 4 – Finanças públicas municipais; 5 – Saneamento básico e meio ambiente; 6 - Aniversário  
15 de 47 anos de fundação; 7 – Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o  
16 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo  
17 manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. O presidente falou que a  
18 trajetória da AMMVI está diretamente ligada à Furb, dependências da qual e pela qual foi fundada a  
19 Associação em mil novecentos e sessenta e nove. No dia vinte e três de julho do mesmo ano os  
20 prefeitos realizaram a Assembleia Geral de Constituição, com a discussão e aprovação do estatuto de  
21 criação da AMMVI. Nas dependências da Furb, no dia dois de agosto do mesmo ano, os prefeitos  
22 reunidos em assembleia aprovaram o Estatuto Social, a partir do qual a AMMVI constituía-se como  
23 entidade de apoio aos Municípios. À época o presidente era o prefeito de Brusque, senhor Antônio  
24 Heil. Em prosseguimento, o presidente convidou o assessor econômico da AMMVI, senhor Célio  
25 Francisco Simão, para fazer uso da palavra, o qual abordou a perspectiva de arrecadação do Imposto  
26 sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e das receitas municipais. Como nas demais  
27 reuniões, o assessor afirmou que os índices serão divulgados somente no final deste ano, porém já se  
28 tem uma prévia de alguns valores em função dos processos administrativos em tramitação, o que  
29 modificará o montante do Valor Adicionado (VA) e do ICMS. Alguns municípios da AMMVI  
30 apresentam problemas na variação do índice do VA relativo a dois mil e quinze, os quais apresentam  
31 índices negativos e a expectativa é de queda, dentre eles em Ascurra, Blumenau, Brusque, Guabiruba  
32 e Rio dos Cedros. Conforme o senhor Simão, as finanças públicas para o próximo ano estão  
33 comprometidas e se prevê significativa queda na arrecadação, o que também ocorrerá na arrecadação  
34 do Estado, pois o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense teve queda de 3%. A região do Médio Vale  
35 do Itajaí também apresenta queda, pois com valores corrigidos, tem-se em dois mil e quinze queda  
36 de 12% no VA, enquanto que no Estado este índice foi de 7,83% negativo. A crise financeira atual é  
37 reflexo também da estagnação ou queda da economia de dois mil e quinze, ao passo que algumas  
38 recuperações já começaram a acontecer. O levantamento da atividade industrial do país em relação  
39 ao ano anterior demonstra uma queda de 11% em maio deste ano em relação ao mesmo período do  
40 ano anterior. Embora tenha-se este cenário, observa-se ainda uma reação da indústria têxtil e  
41 metalúrgica. De dois mil e doze a dois mil e quinze, a evolução na agricultura foi positiva em Doutor  
42 Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Timbó. Já no comércio, Benedito Novo, Botuverá, Doutor  
43 Pedrinho, Gaspar, Indaial e Timbó apresentaram recuperação, alguns com índices elevados de  
44 crescimento. O assessor econômico alertou que muitas empresas do comércio migraram para o  
45 Simples Nacional e ainda é forte o índice de sonegação de impostos. Na indústria, o desempenho foi  
46 de crescimento em Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Pomerode e Rodeio.  
47 O que, segundo o senhor Simão, deve-se observar é a importância de cada segmento (agricultura,  
48 comércio, indústria) para cada município, de forma que, apresentando índices baixos, a gestão

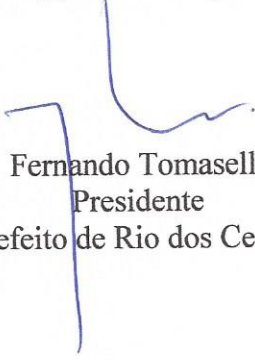
49 municipal busque alternativas de alavancar a respectiva atividade e promover reação. O secretário de  
50 Gestão Governamental de Blumenau, senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, disse que o cenário  
51 de Blumenau é bastante assustador e não há perspectiva de melhora em função da conjuntura. Diante  
52 disso, ele sugeriu que a AMMVI produza uma análise mais aprofundada dos fatores que estão  
53 provocando este panorama, de forma que se possa ter o que realmente os Municípios vão perder de  
54 receita ano que vem, para que tais Entes possam ser mais realistas em suas Leis Orçamentárias Anuais  
55 e se precaverem de maior retração. O senhor Simão disse que a Associação já está trabalhando nisso,  
56 reforçando que se deve atacar os fatores que geram este arroxio financeiro e encontrar soluções antes  
57 da insolvência financeira das prefeituras. Na sequência, o secretário executivo da AMMVI, senhor  
58 José Rafael Corrêa, informou que o prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, participou  
59 de uma audiência pública sobre a Região Metropolitana do Vale do Itajaí, realizada pela Assembleia  
60 Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), no dia catorze de julho, às catorze horas, no auditório  
61 da AMMVI, em Blumenau. A audiência objetiva escutar a sociedade e autoridades sobre a instituição,  
62 a implementação, os empecilhos, as possibilidades e os encaminhamentos necessários à concretização  
63 da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. O senhor Corrêa fez um relato sobre a criação da Lei  
64 Complementar nº 162, de seis de janeiro de mil novecentos e noventa e oito pelo então governador  
65 do Estado de Santa Catarina, senhor Esperidião Amin. O documento criou três regiões metropolitanas  
66 no estado (Oeste, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) e regulou a forma de funcionamento e  
67 estrutura administrativa. O Artigo 6º da referida lei determinou que o Núcleo Metropolitano da  
68 Região Metropolitana do Vale do Itajaí seja integrado pelos municípios de Blumenau, Pomerode,  
69 Gaspar, Indaial e Timbó. O parágrafo único trouxe que a Área de Expansão Metropolitana da Região  
70 Metropolitana do Vale do Itajaí seria integrada pelos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo,  
71 Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Rio dos Cedros e Rodeio. Já a  
72 estrutura organizacional básica de coordenação de cada Região Metropolitana compreendia:  
73 Conselho de Desenvolvimento; Câmaras Setoriais; e Superintendência da Região Metropolitana. A  
74 Lei Complementar nº 284, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e cinco, revogou a Lei  
75 Complementar nº 162, alterando a estrutura organizacional. Logo após, sete de maio de dois mil e  
76 sete, o Artigo 209 da Lei Complementar nº 381 revogou as leis anteriores que tratavam da matéria e  
77 instituiu as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR). Três anos depois, em vinte e seis de  
78 janeiro de dois mil e dez, foi promulgada a Lei Complementar nº 495, que instituiu as Regiões  
79 Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste  
80 Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste  
81 e do Contestado. Nesta nova composição, o Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Vale  
82 do Itajaí foi integrado pelos municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó. A Área  
83 de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana Vale do Itajaí foi integrada pelos municípios de  
84 Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz  
85 Alves, Rio dos Cedros e Rodeio. Em nove de setembro de dois mil e catorze foi sancionada a Lei  
86 Complementar nº 636, que instituiu a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a  
87 Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e  
88 estabeleceu outras providências. A Sudarf contou com a seguinte estrutura organizacional: Colégio  
89 Superior; Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf);  
90 Superintendência-Geral; Diretoria Técnica; e Diretoria Administrativo-Financeira. Foram criados na  
91 Sudarf os seguintes cargos de provimento em comissão: um cargo de superintendente; um cargo de  
92 Diretor Técnico; e um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro. O Coderf, órgão de caráter  
93 normativo e deliberativo da RMF, foi composto por 18 (dezoito) membros e igual número de  
94 suplentes, de reputação ilibada, designados por ato do Chefe do Poder Executivo estadual, da seguinte  
95 forma: dois representantes do Estado, indicados pelo Chefe do Poder Executivo; um diretor técnico  
96 da Sudarf, que exercerá a Presidência; um representante de cada um dos nove municípios que

97 constituem a RMF, que exerceram a vice-presidência; um representante da Associação dos  
98 Municípios da Região da Grande Florianópolis (Granfpolis); um representante da Secretaria de  
99 Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; e quatro representantes da sociedade  
100 civil organizada, indicados em lista tríplice por entidades legalmente constituídas e com finalidades  
101 comuns aos interesses da RMF. Com esta nova legislação, a região metropolitana no Vale do Itajaí  
102 ficou composta pelos catorze municípios da AMMVI mais Ilhota e Luis Alves. Em continuidade, o  
103 secretário executivo passou a palavra ao prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, que na  
104 ocasião participou da audiência pública. Este, por sua vez, disse que a Assembleia tem uma certa  
105 pressa para aprovar a região metropolitana e, por isso, este assunto compõe a ordem do dia desta  
106 reunião. Porém, o prefeito alertou que este projeto de região metropolitana vai impactar em todos os  
107 municípios que, de forma geral, vão perder certas autonomias. Ele disse que a AMMVI já faz este  
108 trabalho há décadas e nas suas ações sempre busca a integração dos municípios e a execução de  
109 trabalhos conjuntos. Além das atividades, há ainda os consórcios públicos que também atuam  
110 regionalmente. O prefeito considera que este é um assunto muito importante, porém deve ser tratado  
111 com muita cautela, pois impacta diretamente na gestão municipal. Além disso, a região é cortada por  
112 rodovias estadual e federal que não passam por manutenção das esferas competentes e isso, além de  
113 causar má impressão nos turistas, recai sobre os prefeitos os custos de conservação das pistas de  
114 rolamento, trevos e canteiros. O prefeito de Indaial ressaltou que antes de se instalar uma região  
115 metropolitana, deve-se estabelecer qual o Ente que será responsável por sua sustentação e quais as  
116 responsabilidades de cada um. O prefeito de Doutor Pedrinho, senhor Hartwig Persuhn, que também  
117 acompanhou a audiência pública, disse que na ocasião os participantes sugeriram encerrar com as  
118 Agências de Desenvolvimento Regional. Para ele, deve-se modificar a proposta, caso contrário será  
119 mais uma instituição criada com formação de cargos sem operacionalidade e autonomia e aumento  
120 de despesas para a máquina pública. O diretor geral da Agência Intermunicipal de Regulação do  
121 Médio Vale do Itajaí (Agir), senhor Heinrich Luiz Pasold, disse que a entidade também já trabalha  
122 de forma regionalizada e discute territorialidade. Segundo ele, há um julgamento no Supremo  
123 Tribunal Federal (STF) que determina o conceito de região metropolitana. Outrossim, se for  
124 considerada a orientação do Ministério das Cidades sobre região metropolitana, não existe em Santa  
125 Catarina nenhuma região metropolitana. Analisando as legislações que tratam da matéria, no Brasil  
126 as leis são conflitantes e há divergências sobre região metropolitana, influenciando diretamente na  
127 gestão do saneamento básico, por exemplo. O secretário executivo da AMMVI explicou que a  
128 Federação Catarinense de Municípios (Fecam) emitiu parecer a respeito e se colocou à disposição  
129 para acompanhar as discussões regionais a respeito do assunto e vir até a AMMVI amadurecer  
130 propostas e firmar posicionamento. O secretário Costa disse que este tema é muito sério e pode trazer  
131 consequências graves aos Municípios e para ele não fica claro qual a necessidade de um projeto como  
132 este, pois já se tem as ADRs em funcionamento, e o conceito de região metropolitana do projeto de  
133 lei não está alinhado com o conceito federal, o que já é um impeditivo, além de que se corre o risco  
134 de esta ser uma iniciativa com interesses localizados e que não está claro se isso trará mais benefícios  
135 do que perdas. O projeto da região metropolitana também se sobrepõe a outras instituições já firmadas  
136 e com trabalho reconhecido, a exemplo da AMMVI. Analisando todas as falas, o presidente disse que  
137 não se deve tomar uma decisão precoce e baseada somente na audiência, como também o período  
138 eleitoral desfavorece um debate e desarticula a mobilização, considerando que este não é o momento  
139 para decidir isso. Em consequência, ele sugere que o tema seja discutido posteriormente e com maior  
140 maturidade e conhecimento das consequências. Para ele, é relevante que o assunto seja retomado  
141 somente no próximo ano com os gestores eleitos. Os prefeitos sugeriram ainda que seja feito um  
142 estudo sobre os impactos desta decisão na região. Em deliberação, os prefeitos decidiram pela retirada  
143 de pauta do projeto da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. Em continuidade, no quarto assunto  
144 em pauta, o secretário executivo falou sobre o cenário atual nas finanças públicas municipais,

145 apresentado quadros de arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto  
146 sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e ICMS. Segundo levantamento, de janeiro a  
147 junho de dois mil e quinze os catorze municípios do Médio Vale do Itajaí arrecadaram R\$  
148 82.774.148,62 (oitenta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais  
149 e sessenta e dois centavos) de FPM, R\$ 32.810.234,49 (trinta e dois milhões, oitocentos e dez mil,  
150 duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) de IPVA e R\$ 165.634.997,45 (cento e  
151 sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta  
152 e cinco centavos). Já os valores realizados líquidos no primeiro semestre deste ano foram: FPM – R\$  
153 96.691.976,25 (noventa e seis milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e seis  
154 reais e vinte e cinco centavos); IPVA – R\$ 33.698.506,48 (trinta e três milhões, seiscentos e noventa  
155 e oito mil, quinhentos e seis reais e quarenta e oito centavos); ICMS – R\$ 197.974.119,40 (cento e  
156 noventa e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e dezenove reais e quarenta centavos).  
157 Conforme o senhor Corrêa, se nos primeiros seis meses deste ano fosse arrecadado o mesmo valor do  
158 respectivo período do ano passado somados à inflação, a perda já estará em R\$ 33.285.932,68 (trinta  
159 e três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e oito  
160 centavos). Este montante é a soma de R\$ 11.817.631,43 (onze milhões, oitocentos e dezessete reais  
161 e seiscentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos) de FPM, R\$ 2.410.149,41 (dois milhões,  
162 quatrocentos e dez mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) de IPVA, R\$  
163 19.058.151,84 (dezenove milhões, cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro  
164 centavos) de ICMS. Para o secretário, é necessário fazer uma análise da queda da arrecadação para  
165 verificar o que isso impacta diretamente nos municípios. Ele apresentou ainda um levantamento com  
166 a soma da arrecadação do FPM, do IPVA e do ICMS divididos pelo total da população, gerando  
167 valores per capita nos municípios para este ano. Os dados apontam que Botuverá é o município com  
168 maior per capita, cujo valor é três vezes superior a Blumenau, por exemplo. Seguido de Botuverá,  
169 vêm Doutor Pedrinho e Guabiruba. O secretário executivo disse ainda que no mês de junho, quando  
170 foi publicada a previsão do FPM, tinha-se uma queda de 24% e 13% em junho e julho  
171 respectivamente, e aumento de 14% em agosto. Porém, a previsão não se concretizou e foi ainda pior,  
172 agravando o cenário com queda de 32% em julho. A previsão é que em agosto este valor suba 43% e  
173 em setembro espera-se 20% negativo. Comparado com o mesmo período do ano anterior, houve uma  
174 queda de 10% no FPM em julho. O senhor Corrêa explicou ainda que, dentre as vitórias do  
175 movimento municipalista brasileiro, está o incremento de um ponto percentual do FPM que, neste  
176 ano, representou mais de sete milhões de reais aos municípios da AMMVI. Esta vitória foi possível  
177 pela união das entidades municipalistas para reivindicação junto ao governo federal. No acumulado  
178 dos sete primeiros meses deste ano, em comparação com o ano passado, a região registrou incremento  
179 de 1,80% no FPM em valores brutos, mas ainda permanece muito abaixo da inflação. Além disso,  
180 tais valores não acompanham o crescimento da folha de pagamento das prefeituras e o valor investido  
181 por estas instituições na Saúde e na Educação, ultrapassando significativamente a exigência  
182 constitucional, sem citar ainda os constantes atrasos dos governos federal e estadual dos recursos  
183 relacionados aos seus respectivos programas. Em breve deve ser publicado o índice do FPM de agosto  
184 e a AMMVI vai enviar aos prefeitos as próximas previsões. O quadro é problemático, pois não se tem  
185 uma previsão de melhora para os próximos anos. Além deste ambiente de queda na arrecadação, os  
186 Municípios contam com os constantes atrasos no repasse de recursos dos governos estadual e federal  
187 para custeio dos programas nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. Na educação, por  
188 exemplo, somente no final de julho foi paga a segunda (das nove) parcela do transporte escolar da  
189 rede estadual de ensino. O montante já é majoritariamente mantido pelos Municípios e estes sequer  
190 podem contar com a manutenção em dia dos repasses. Já são seis meses executando o transporte  
191 escolar e até o momento somente duas parcelas pagas, ou seja, tem-se ainda cinco meses até acabar  
192 o ano letivo e sete parcelas a receber. No último ano, o Estado deixou de repassar duas parcelas do

193 transporte escolar, que foram pagas somente no início deste ano. A previsão é que isso ocorra  
194 novamente neste ano, logo, os prefeitos devem ficar precavidos, pois se prevê que ficarão parcelas a  
195 receber. O secretário lembrou que os atrasos continuam e são também de grande volume nas áreas da  
196 Saúde e Assistência Social. Progredindo ao quinto tema da reunião - Saneamento básico e meio  
197 ambiente - a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, Simone Gomes, falou sobre a  
198 revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, em que na última assembleia de prefeitos foi  
199 passada a data de revisão de todos os municípios e foi comentado que a Associação vai assessorar  
200 alguns municípios nesta revisão. Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros vão  
201 receber o auxílio da Associação na revisão dos Planos neste primeiro momento. Segundo ela, foi feita  
202 uma reunião nestes municípios, em que foram passadas as orientações sobre o processo de revisão e  
203 apenas Rio dos Cedros cumpriu com o necessário para dar início ao trabalho. O outro informe dado  
204 aos prefeitos diz respeito ao diagnóstico socioambiental, avisando que já foi definida parte da  
205 metodologia do diagnóstico e elaborada as manchas dos municípios de Indaial e Rio dos Cedros –  
206 municípios-piloto do projeto. A partir disso, serão feitos outros cruzamentos e dando continuidade ao  
207 trabalho encabeçado pela AMMVI. Avançando a reunião, o presidente falou dos ofícios recebidos  
208 congratulando a entidade pela passagem do aniversário de quarenta e sete anos de fundação. Em  
209 seguida, passou a palavra ao reitor da Universidade Regional de Blumenau, senhor João Natel  
210 Pollonio Machado, que parabenizou a entidade pela trajetória percorrida até aqui, lembrando que a  
211 Associação foi fundada por meio da Furb. Em sua fala, o magnífico reitor agradeceu ainda a parceria  
212 da AMMVI nas questões ligadas à Universidade e nas temáticas pertinentes ao ensino superior de  
213 outras instituições, a exemplo da mobilização do polo da Universidade Federal de Santa Catarina  
214 (UFSC) em Blumenau e a criação do Centro de Inovação. Da mesma forma, o reitor agradeceu o  
215 apoio da Associação na manutenção dos serviços do Centro de Operações do Sistema de Alerta do  
216 Vale do Itajaí (Ceops). O reitor colocou a Universidade à disposição e disse que a instituição também  
217 quer trabalhar em conjunto na interlocução por outros pleitos de importância para o Médio Vale do  
218 Itajaí. Finalizando sua fala, o reitor agradeceu a participação da AMMVI nas reuniões periódicas do  
219 Conselho Universitário e disse que a Universidade se sente muito lisonjeada em ter a Associação em  
220 um de seus principais órgãos. O magnífico reitor estendeu seus agradecimentos ao secretário  
221 executivo da AMMVI que, segundo ele, é parceiro nos assuntos que envolvem Blumenau e região e  
222 sempre se mostrou prestativo a todos os chamados. Em nome da Furb ele agradeceu o trabalho da  
223 Associação e parabenizou mais uma vez a entidade pelos quarenta e sete anos. Em seguida, o  
224 presidente da AMMVI falou da importância da entidade para a integração e a autonomia dos  
225 municípios do Médio Vale, que ao longo destes anos tornou-se referência entre as Associações de  
226 Municípios e foi vanguardista em alguns projetos. Para o prefeito, nestas décadas, a AMMVI tem  
227 atuado fortemente na mediação entre as administrações municipais e os governos estadual e federal  
228 e na otimização de recursos. Após, o presidente relatou algumas conquistas da AMMVI nos últimos  
229 anos, tais como: implantação do campus da UFSC em Blumenau, participação no projeto do Hospital  
230 Universitário, implantação dos consórcios públicos, construção do complexo penitenciário. Falou  
231 ainda dos desafios para os próximos anos em nível federal, estadual e regional. Para o Médio Vale, o  
232 presidente pontuou como desafios futuros a duplicação da rodovia BR-470, o aumento no número de  
233 efetivos na segurança pública, a instalação da Ferrovia da Integração, a construção da usina de biogás,  
234 os recursos para manutenção das rodovias entre os municípios, a construção do Hospital Regional  
235 mantido pelo Estado, a garantia de repasses para saúde pública, como também alterações no Pacto  
236 Federativo Brasileiro que promovam a partilha mais justa e igualitária dos recursos arrecadados, uma  
237 vez que é no Município que acontece a execução dos programas. O presidente agradeceu o trabalho  
238 dos colaboradores da AMMVI e também o empenho dos consórcios públicos na geração de serviços  
239 aos municípios. Além disso, reforçou que o empenho e o comprometimento do corpo técnico devem  
240 ser mantidos para assessorar as novas administrações. Prosseguindo para assuntos gerais, o presidente


241 Tomaselli lembrou os prefeitos que a AMMVI fez uma mobilização pela manutenção do escritório  
242 da Receita Federal do Brasil em Timbó, cuja reivindicação foi atendida. Em seguida, o presidente  
243 convidou a todos para uma foto comemorativa aos quarenta e sete anos da AMMVI. Nada mais  
244 havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de  
245 todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será  
246 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Fernando Tomaselli  
Presidente  
Prefeito de Rio dos Cedros



José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo



Michele Prada  
Assessora de Relações Públicas

247